

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 073

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
03 DE JUNHO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Algaci Tulio e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos senhores deputados**)

Há número para a continuação da Sessão.

Em votação a Ata.

**Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1499**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja votado em regime de urgência o Projeto de Lei nº 368/2002, de minha autoria, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pecuáristas da Região de Campina da Lagoa - Aprecal.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) NELSON TURECK

**REQUERIMENTO Nº 1508**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 386/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 021/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, composto pelos atuais funcionários públicos civis da administração pública direta e autárquica, sua estrutura administrativa e funcional.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

**REQUERIMENTO Nº 1516**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 295/2002, de minha autoria, que altera os artigos 1º e 6º da Lei nº 13.213/2001, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

**REQUERIMENTO Nº 1514**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de

Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1517

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1515

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUEREM desta Presidência, que faça convite ao secretário de Estado da Administração, para que venha prestar esclarecimentos neste Plenário acerca do Projeto de Lei nº 386/2002 - Mensagem Governamental nº 021/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, em tramitação nesta Casa.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(aa) ORLANDO PESSUTI, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER e WALDYR PUGLIESI.

#### REQUERIMENTO Nº 1504

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à senhora Cenira Araújo Salles - Rua Paraná, 1560 - Centro - CEP 85301-970, Laranjeiras do Sul; e à professora Terezinha Rocha - diretora da Escola José Bonifácio - Laranjeiras do Sul / PR, com votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Constantino Mormelo Salles, do município de Laranjeiras do Sul, ocorrido no último dia 28 de maio do ano em curso.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Constantino Mormelo Salles, deixou consternada toda a população de Laranjeiras do Sul. Pai, marido exemplar, deixará em todos um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos familiares, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O senhor Constantino Mormelo Salles, soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que convive-

ram com ele, principalmente sua grande família, que neste momento ressen-te-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1507

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do senhor Gunther Herbert Hoffmann, diretor da Claspas, falecido na data de ontem (02 de junho de 2002), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu na data de ontem (02 de junho de 2002) em Curitiba /PR o senhor Gunther Herbert Hoffmann.

Aos 68 anos, era natural desta Capital, filho de Carlos Hoffmann e Irma Hoffmann. Engenheiro agrônomo, muito dedicou-se ao nosso Estado. Foi diretor da antiga e tradicional Loja Prosdócimo e do Consórcio Nacional Prosdócimo. Nos últimos sete anos atuava como diretor-presidente da Companhia de Classificação de Grãos do Governo do Paraná - Claspas.

À sua família enlutada (Sra. Elisete Prosdócimo Hoffmann, Carlos Hoffmann Neto, Christiane Hoffmann Pianowski e Cláudio Prosdócimo Hoffmann - Av. Cel. Amazonas Marcondes, 285 - ap. 131 - Cabral - Curitiba / PR) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1519

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de votos de pesar pelo falecimento do senhor João Perin, ocorrido no dia de ontem, na cidade de Paranaíba.

O senhor João Perin era pioneiro da localidade e deixou grande tristeza no coração de seus familiares.

Nestes termos pede deferimento, solicitando que seja enviada cópia da presente moção de pesar ao senhor Paulo Cezar Furiatti, senhora Ivana Furiatti, senhor Luiz Carlos Borges da Silveira e senhora Marinês Borges da Silveira.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO Nº 1502

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à senhora Olíana Cecatto

Zulpo e senhor Benjamim Zulpo, do município de Guaraniaçu, com votos de congratulações pela passagem das Bodas de Ouro, que será comemorada no próximo dia 7 de junho do ano em curso.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Que belo exemplo de vida! Um casal que soube superar todos os empecilhos e armadilhas da vida e com muito empenho e dedicação, conseguiu chegar até aqui, coroando de pleno sucesso esta longa caminhada.

Não é só a família Zulpo que está de parabéns, mas toda a comunidade de Guaraniaçu, que tem o privilégio da convivência do casal, desde a metade da década de oitenta. Troncos de uma numerosa família, fixaram residência no município e foram logo conquistando a simpatia e amizade da população.

Trata-se de um belo exemplo de vida, principalmente nos dias atuais, onde os valores se inverteram e não se dá mais ênfase aos aspectos éticos, morais, de honradez e honestidade. O casal Zulpo trilhou o caminho correto. Com dignidade e perseverança foram suplantando os obstáculos culminando com a celebração das Bodas de Ouro, ou seja, cinquenta anos de vida conjugal.

É extremamente justo que esta Assembléia Legislativa registre nos seus Anais fatos como este e também preste sua homenagem até para que sirva de exemplo para que outras pessoas possam seguir os mesmos passos do casal Oliana e Benjamim Zulpo, oferecendo com isso muito orgulho e satisfação não só para seus familiares mas a todas as pessoas que fazem parte da comunidade.

**REQUERIMENTO Nº 1503**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações ao prefeito municipal de Lindoeste, senhor Valdir Oldoni, pela passagem de mais um aniversário do município, dia 12 de junho do ano em curso.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Os colonizadores de Lindoeste se constituíam em famílias vindas dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Eram pessoas afeitas à agricultura, que superando todas as dificuldades construíram uma bela cidade. De história política recente, tem sua economia baseada no algodão, soja e milho.

Em maio de 1989 houve um plebiscito visando a emancipação política. Foi o maior êxito. Participaram da comissão os seguintes cidadãos: Ary Vicente, Olga Kiyota Sugiura, Caibar Lopes de Andrade, Antonio Martini, Waldir Francisco Oldoni e Aldo Confortin. Pela Lei Estadual 9006, de 12 de junho de 1989, sancionada pelo então governador do Paraná, Álvaro Dias, foi criado o município de Lindoeste.

O topônimo de Lindoeste designa o fascínio que a beleza da região Oeste do Estado do Paraná exerceu sobre os desbravadores do município, que optaram por esta denominação.

A Assembléia Legislativa do Paraná, através deste parlamentar, não pode deixar de reconhecer e prestar uma homenagem a um povo lutador, aos vereadores e ao prefeito que souberam e sabem como fazer crescer e prosperar um município tão importante como Lindoeste.

**REQUERIMENTO Nº 1509**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Clube Atlético Paranaense alusivo à conquista do Tri-Campeonato Paranaense ocorrido em 02 de junho do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente do Conselho Deliberativo, senhor Nilo Izidoro Biazetto, de forma extensiva ao Conselho gestor, Comissão Técnica, jogadores e torcedores, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Petit Carneiro, nº 57 - CEP: 80240-000 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 1510**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao jornal Diário Popular, alusivo à 26ª Edição "Chuteira de Ouro", o maior prêmio jornalístico do futebol paranaense, a ser realizada neste 03 de junho.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Diretor Geral do Jornal Diário Popular Abdo Aref Kudri, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, nº 1190 - CEP: 80060-000 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 1512**

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações aos senhores Issamu Suzuki, presidente da Associação Cultural e Esportiva de Londrina, e Yoshinobu Yoshioka, vice-cônsul do Japão no Paraná, pela realização da Casa Japão 2002 / 42ª Exposição Agrícola da Acel.

A grande festa nipo-brasileira acontece de 1 a 9 de junho, com dezenas de atrações diárias, reúne atividades artísticas, culturais, gastronomia e a exposição de produtos agrícolas e comerciais.

A novidade este ano da maior festa nipônica do Brasil, é o caráter internacional do evento, que receberá uma delegação composta por 21 pessoas de Nishinoniya, cidade japonesa co-irmã de Londrina, para as comemorações dos 25 anos do Tratado de Irmandade assinado entre as cidades em 1977.

A programação da Casa Japão também inclui a antecipação dos festejos dos 94 anos da imigração japonesa no Brasil, comemorada em 18 de junho.

A comunidade londrinense deve muito do seu desenvolvimento à grande colônia japonesa. Esse povo trabalhador e ordeiro merece a homenagem desta Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 1513

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja enviado votos de congratulações a Exma. Sra. Edna Maria Ribeiro de Jesus, presidente eleita da União de Mulheres de Londrina, em razão da posse neste dia 03 de junho de 2002, com votos extensivos às demais integrantes da diretoria, assim constituída:

Vice-presidente: Maria das Graças Galdino; 1ª secretária: Heloísa de Paiva Souza; 2ª secretária: Jeane Tramontine Zanluchi; 1ª tesoureira: Vera Lúcia de Mesquita; 2ª tesoureira: Maria das Graças Montuori; vogal: Alzira Lopes Ribeiro.

Conselho Fiscal: Gracieli França Goes, Angela Garcia de Souza Mello, Leoni S. Curzel.

Suplentes do Conselho Fiscal: Hilda Cordeiro, Sandra Virginia Montuori e Regina Correa Pereira.

Coordenadoras de Bairro: Alaide Fausta dos Santos Francisco, Maria da Conceição Vindramini, Simone Pereira, Maria Helena Ferreira e Romilda Teresa T. Jovanovicz.

A nova diretoria tem mandato de três anos e dará continuidade ao trabalho essencial daquela entidade para a comunidade londrinense.

A União de Mulheres de Londrina, entre outras atividades, promove pesquisa de preço nos supermercados, com objetivo de controlar os preços da cesta básica e incentivar as mulheres a pesquisar antes de comprar, contestando inclusive a fidelidade a marcas mais conhecidas.

Essa entidade, no final do ano, sempre distribui cestas básicas para famílias carentes.

No dia das crianças, realiza festa para mais de trezentas crianças. Também realiza festas para idosos.

Além dos eventos comemorativos, promove palestras informativas, educativas, direcionadas à mulher.

Para custear essas atividades, realiza feiras beneficentes, trabalhando sempre em conjunto com outras entidades sem fins lucrativos.

As mulheres que integram a União de Mulheres de Londrina estão constantemente participando de cursos de

aperfeiçoamento, buscando melhorar a qualidade dos serviços que prestam à comunidade.

O trabalho de entidades como a União de Mulheres de Londrina oferecem o exercício da cidadania a muitas pessoas, melhorando as perspectivas de vida das comunidades mais carentes. É trabalho nobre e merecedor das homenagens desta Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 1511

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa o envio de correspondência ao ministro de Estado da Justiça, Exmo. Sr. Miguel Reale Júnior, solicitando do mesmo determinação para que a Polícia Federal participe da repressão do crime organizado na Região Metropolitana de Curitiba, especialmente no que diz respeito às mortes em série no município de Almirante Tamandaré.

Conforme dispõe a Lei 10.446, de 08 de maio de 2002, sempre que se observar crime de repercussão interestadual ou internacional, deve a Polícia Federal atuar, sem excluir os trabalhos das polícias estaduais.

Já se noticiou, segundo investigação da Polícia Civil, que a maioria das mortes de mulheres em Almirante Tamandaré estão relacionadas ao narcotráfico. Esse tipo de crime tem repercussão interestadual e necessita de tratamento nacional, haja vista que as quadrilhas atuam como ramificações dos cartéis.

Dessa forma, urge a atuação da Polícia Federal, em conjunto com as polícias estaduais, no sentido de dar combate à criminalidade nessa região do Paraná.

Segundo o jornal "A Gazeta do Povo" de 02 de junho do corrente ano, folha 12, "proporcionalmente à população, o município mais violento da região é Almirante Tamandaré, onde, no primeiro quadrimestre, foram registradas em média 9,3 ocorrências mensais por 10 mil habitantes. É uma taxa superior até mesmo à da capital, que é de 7,9".

No mesmo jornal, no dia 03 de junho, à página 8, sob o título "Delegada indícia 17 pela morte de duas mulheres", a delegada Vanessa Alice confirma que a investigação indica relação entre os assassinatos e o crime organizado. A referida delegada investiga uma série de 18 assassinatos de mulheres, sendo que quatro já estão elucidados. Só um dos processos já tem 850 páginas e comprova a formação de quadrilha, tráfico de drogas, roubo, homicídio contratado e extorsão, ou seja, a ação do crime organizado.

A única forma de reprimir essa criminalidade é com a presença da Polícia Federal e Estadual, tornando aquela região mais segura para as pessoas de bem.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

**REQUERIMENTO Nº 1506**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, S. Exa. o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, que sejam executados os serviços de conservação na estrada que liga Congonhinhas a Ibaiti: corte do mato nas laterais, limpeza das canaletas e sinalização horizontal (pintura de faixas).

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) HERMES FONSECA

**JUSTIFICATIVA:**

O mato, em alguns trechos da estrada, está invadindo a pista e obstruindo as canaletas.

Em muitos pontos da estrada as faixas de sinalização se apagaram.

O intenso tráfego de caminhões transportadores de cana e a neblina nesta época do ano exigem que os serviços solicitados sejam executados com urgência.

## Projetos de Lei:

**PROJETO DE LEI Nº 395/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Comunidade de Consolata - AMCC, com sede e foro no município de Formosa do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) NELSON TURECK

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Moradores da Comunidade de Consolata, com sede e foro na Rodovia Edmundo Mercê, Km 07, no município de Formosa do Oeste - PR, é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política, partidária ou religiosa, com prazo de duração por tempo indeterminado, sendo a entidade máxima de representação, reivindicação, coordenação e defesa dos interesses gerais dos moradores da localidade, tendo por finalidade:

1. estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da localidade de Consolata, seus problemas, recursos e aspirações;

2. promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária;

3 - representar os moradores em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;

4. promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social, econômico e o bem estar da comunidade;

5. receber e distribuir recursos de qualquer espécie ou natureza;

6. colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas da comunidade pleiteando as respectivas soluções.

**PROJETO DE LEI Nº 396/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente das Senhoras de Entre Rios, com sede e foro no município de Gurapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) Pastor EDSON PRACZYK

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Beneficente das Senhoras de Entre Rios, é uma entidade de caráter beneficente, filantrópico, de assistência social, sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos proporcionar assistência social à população carente do Distrito de Entre Rios, manter relações e convênios com organizações de direito público ou privado, sediados no país ou no exterior, visando o aprimoramento de suas finalidades sociais, colaborar com os poderes públicos na solução das questões que se relacionarem com as finalidades da associação.

Com este projeto de lei, buscaremos, de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficientes méritos.

**PROJETO DE LEI Nº 397/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná, autorizado a doar imóvel de sua propriedade, à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, com as seguintes especificações: matrícula nº 6896, protocolo 15.273, lote de terreno urbano sob nº 09 (nove), da quadra nº 8 (oito), da Planta e Loteamento da Cidade de Marmeleiro, da Fazenda Perseverança, no município e Marmeleiro, Comarca de Francisco Beltrão, da 1º Circunscrição do Estado do Paraná, contendo a área superficial de 800,00m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações: ao nordeste, por linha de 40,00 metros, confronta com o lote nº 10; ao sudoeste, por linha de 20,00 metros, confronta com a Rua Telmo Otávio Muller; ao sudoeste, por linha de 40 metros, confronta com o lote nº 8; ao nordeste, por linha de 20 metros, confronta com os lotes nºs 12 e 6; Registro anteriores sob nº de ordem 7, às fls. 3-A, deste ofício. O refe-

rido imóvel possui um prédio de alvenaria, com 167,20m<sup>2</sup> (cento e sessenta e sete metros e vinte centímetros quadrados) de área construída, destinado à Agência de Rendas do Estado do Paraná.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado, exclusivamente, para acomodar as instalações e funcionamento da Câmara de Vereadores do município e Marmeleiro.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.06.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa autorizar o Governo do Estado e doar imóvel à Prefeitura Municipal de Marmeleiro para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores.

O referido imóvel fora objeto de doação da Prefeitura de Marmeleiro para o Governo do Estado do Paraná, em 06 de fevereiro de 1985, para o Estado do Paraná construir sede própria da Agência de Rendas Estadual naquele município.

A citada sede própria da Agência de Rendas fora construída, sendo averbada a construção em 20 de janeiro de 1988. Posteriormente, o Governo do Estado do Paraná desativou sua Agência de Rendas, sendo que as instalações vieram a ser ocupadas pela Câmara Municipal de Marmeleiro.

A proposição em tela visa autorizar o Governo do Estado do Paraná a doar este imóvel ao município de Marmeleiro, para que a Câmara Municipal de Vereadores possa se instalar e funcionar definitivamente no imóvel.

Certo de que a proposição em tela atende aos superiores interesses da Administração Pública, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Nereu Moura.

(Declina)

Concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

(Declina)

Concedo a palavra ao senhor deputado Nelson Tureck.

#### O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero registrar aqui, hoje, que mais uma vez programas fundamentais e reais do Governo do Estado do Paraná, para a região de Campo Mourão.

Estivemos neste final de semana visitando vários municípios da Concama, inclusive estivemos no município de Goioerê, onde tivemos a presença do grande secretário, deputado Antonio Anibelli. Mas, quero dizer que na

cidade de Rancho Alegre do Oeste, entregamos em nome do Governo do Estado do Paraná convênios para construções de barracões industriais.

Valdinei Peloy é o presidente da Concama, e só aquela cidade ali, entre barracão industrial, mais asfaltamento, mais geração de renda, estivemos entregando, em nome do Governo do Estado do Paraná, 200 mil reais.

Estivemos também na cidade de 4º Centenário, do prefeito José Paschoal, levando uma ordem de serviços de onze quilômetros e meio de adequação de estradas. É a preocupação do Governo, é a preocupação do secretário da Agricultura e desta Casa de Leis que aprovou esse grande projeto, esse grande programa que é o Paraná 12 Meses para o pequeno agricultor, para o pequeno trabalhador. E ali pude observar, num encontro com vereadores, com o prefeito e também com os agricultores, a alegria de receber esse benefício. É uma adequação de estrada, cascalhada, com microbacia e é isso que o nosso agricultor quer. Uma estrada adequada, uma estrada que em dias de chuva ele possa vir para a cidade. O ônibus, o transporte escolar que busca os seus filhos lá no interior possam ir até à cidade, possam ir até uma universidade para frequentar os estudos, ir e voltar com tranquilidade.

Também entregamos no município de Goioerê onze quilômetros de adequação de estrada, também, para que ali o pequeno produtor - que eu sempre tenho dito que é a razão da existência das cidades. Tivemos, também, no mesmo município, em nome da Fundepar, do Governo do Estado do Paraná, levando mais 4 salas de aula. E ali estivemos visitando obras do governo Jaime Lerner. Não tem uma cidade no Estado do Paraná que não tenha 5, 6, 8 e tem município que tem dez obras do Governo do Estado do Paraná.

Esta semana também levamos até a cidade de Juranda, até a cidade de Altamira do Paraná e também Barbosa Ferraz, através de um programa da Secretaria da Criança, da Fany Lerner, mais 3 creches. Essas creches do Governo do Estado do Paraná são um exemplo, são um cartão de visita em todas as cidades. Todos os prefeitos, vereadores, presidentes do bairro, quando chega alguém na sua cidade pegam aquela pessoa e levam lá para mostrar aquela creche. É uma obra que é um cartão de visita, é uma obra que dá gosto e nós, como parlamentares, que defendemos o governo do Paraná, eu tenho dito: - "Não tem um governo, não tem um governador, nesse Brasil, que tenha programas sociais igual tem o governo do Estado do Paraná".

Como tenho dito também, deputado Orlando Pesutti, a V. Exa. que é um grande empreendedor, sempre lutou pela agricultura, pelo trabalhador, sempre se preocupando com eles, o programa Paraná 12 Meses; também não tem um governador, neste Brasil que tenha um programa igual ao Paraná 12 Meses, recursos a fundo perdido para o pequeno trabalhador.

Só na nossa região, o Governo do Estado já liberou 3 milhões e meio e agora, nessa etapa, já liberado também pelo secretário Deni Schwartz já foram mais 2

milhões e meio de programas do Paraná 12 Meses, de geração de renda, de calcário, de café, máquinas, equipamentos, novilhas da raça giro-holanda, o frango caipira! Isso que é estender a mão, isso que é um governo que faz a justiça social!

E nós, que representamos o governo, temos vários prefeitos, que atendemos os diretores das escolas estaduais, estivemos, neste final de semana, e como é de costume, senhor presidente, é toda semana visitando as escolas estaduais do Estado do Paraná e ali nós podemos ver a alegria dos presidentes das APM's, a alegria dos diretores, de alunos. Só na nossa região, o governo Jaime Lerner liberou 66 quadras cobertas para a prática de esportes nas escolas estaduais.

Então são programas que para nós, como deputado estadual, é muito gratificante, chegar no interior e ser bem recebido, com aplausos, com palmas! Os elogios dos pais, os elogios dos presidentes das APM's em ver as escolas com portal, biblioteca, laboratório de informática reformado, a sua quadra de esportes coberta. Isso é um Governo que se preocupa com a Educação.

Nós também estivemos, nesta semana, junto com a Secretaria da Agricultura, e o governo repassou mais de 64 quilômetros de adequação de estradas. São 5 quilômetros em Peabiru; 5 em Campo Mourão; 6 em Lusiânia; 3 em Ubatuba; mais 7 quilômetros em Moreira Sales; mais 5 quilômetros em Barbosa Ferraz.

Portanto são programas que não poderíamos deixar aqui de registrar o agradecimento do agricultor, deixar aqui de registrar o agradecimento do nosso diretor, dos nossos presidentes das APM's, o agradecimento dos nossos prefeitos, dos vereadores, dos presidentes do bairro, por programas fundamentais que são reais e vitais para o Estado do Paraná!

É por isso que o Paraná já é o quarto hoje na industrialização, já passou Santa Catarina, já passou Rio Grande e é o segundo pólo automotivo do Brasil.

Por isso, senhor presidente, fica registrado aqui o contentamento da minha região pelos programas de um Governo do Estado do Paraná que está fazendo, sem sombra de dúvida, a grande transformação.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno, nem no Grande Expediente, no Horário das Lideranças concedo a palavra ao deputado Nereu Moura, no horário do PMDB.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor deputado Elio Rusch, Presidente da Sessão de hoje, senhoras e senhores deputados.

O que me traz à tribuna, na tarde de hoje é ainda em relação à novela em que se transformou, que o enredo é mais interessante que a novela das oito, a novela "O Clone", em relação à novela que se transformou o episódio envolvendo o assassinato do deputado Tiago Amorim

Novaes. Tenho até me esquivado em dar entrevistas, em conversar sobre esse assunto, porque tenho ficado efetivamente chateado em relação a esse episódio.

Primeiro, rememorando um pouco os fatos, dia 18/12/2001, o deputado Tiago foi assassinado, portanto, há cinco meses e meio, quase meio ano já se passou.

O delegado designado para o fato Alexandre Macorin, deu por encerrado os seus trabalhos, entregou o Relatório para o Ministério Público e disse que não quer mais saber do episódio e foi cuidar da sua vida na cidade de Paranavaí.

O Promotor de Justiça, que esteve aqui na Assembléia, escolheu com o relatório do delegado, só faltou jogar na lata do lixo. De resto, numa entrevista à imprensa, escurteou com o relatório, inclusive, solicitando a liberdade para todos os suspeitos que estavam detidos. O promotor Marcelo, que cuidava do caso, também está sendo transferido para Curitiba, lá de Cascavel.

E, a CPI aqui na Assembléia, misteriosamente havia sumido da CCJ, depois do trabalho do deputado Orlando Pessuti e do deputado Caíto Quintana, foi encontrado. O deputado Caíto teve que convocar uma Sessão Extraordinária da CCJ, tinha sumido, ninguém mais achava o projeto. E, ainda, não foi dado o parecer, em que pese o projeto ter sido declarado em regime de urgência aqui na Casa, e o Regimento Interno aqui da Casa diz que "o regime de urgência simplifica os prazos, encurta os prazos", enfim, nós estamos aí sem saber mais o que dizer.

E o deputado Tiago morreu, nada se faz, nada se busca para solucionar este caso. Agora, o que quero dizer hoje aqui, senhor presidente, senhores deputados, é que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, não pode, não deve deixar as coisas ficarem do jeito que estão. Nós efetivamente precisamos tomar as providências cabíveis para esclarecer esse episódio! Afinal de contas o deputado Tiago Amorim, era um deputado aqui nesta Casa, que apoiava o Governo, sentava do lado de lá, votou todas as vezes aqui nesta Casa, com exceção do episódio esta aí sem qualquer avanço, sem saber a verdade o que aconteceu, por que o deputado foi assassinado, quem matou e quem está por trás de todo esse episódio!

Então, acho que a Assembléia Legislativa precisa, para poder ter credibilidade, criar a CPI, montar uma CPI e esclarecer todo esse episódio que envolveu a morte do deputado Tiago, que envolveu a morte de várias pessoas em Almirante Tamandaré e que mostra, claramente, o aumento da criminalidade no nosso Estado, o aumento do crime organizado.

Nós, deputados, não podemos ficar de braços cruzados assistindo o desenrolar desses fatos, e o povo do Paraná pagando com a sua própria vida o descaso das autoridades.

#### O Sr. Antonio Carlos Belinati

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)



Deputado Nereu Moura, agradeço o aparte que V. Exa. me concede, e como membro da Comissão de Constituição e Justiça e Parlamentar desta Casa, gostaria de fazer algumas considerações a respeito do seu pronunciamento:

Em primeiro lugar, acho que a morte do deputado Tiago Amorim Novaes, não se trata de uma questão apenas de Governo ou de Oposição; se trata da morte de um Parlamentar desta Casa, de um companheiro que todos nós desfrutamos durante muito tempo de sua amizade. Portanto, não caberia, segundo a minha visão, nenhum tipo de interferência de Governo, do presidente da Assembléia, do secretário, mas sim, é uma causa que diz respeito a todos os parlamentares desta Casa.

Gostaria de completar, deputado Nereu Moura, dizendo que fui designado, na última quarta-feira pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Basílio Zanusso, como relator dessa matéria e o prazo regimental são 48 horas.

Portanto, fazendo a conta do dia que foi entregue essa matéria a mim, como relator, o prazo seria na sexta-feira, como não havia Sessão prevista para sexta-feira e o dia das reuniões da Comissão de Constituição e Justiça acontecem na terça-feira, amanhã estarei apresentando o meu relatório na Comissão, e assim como V. Exa. todos nós queremos o esclarecimento da morte do deputado Tiago Amorim Novaes.

Agradeço o aparte.

#### O SR. NEREU MOURA

Deputado Antonio Carlos Belinati.

De fato, V. Exa. tem razão quando diz que não deve ser politizado esse crime ou que não pode ser diferenciado entre a Oposição querer esclarecê-lo ou a Situação.

Estou dizendo que isso aqui é uma questão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Não é da Oposição. Nós, da Oposição, poderíamos ficar aqui, assistindo aos fatos de braços cruzados, porque o deputado Tiago não era nosso companheiro, ele era do lado do Governo, era governista de carteirinha, mas nós, deputados da Oposição, desde quando ele foi assassinado, estamos batendo na tecla: “a Assembléia Legislativa do Paraná precisa ajudar a esclarecer a morte do deputado”.

Nos convencemos muito mais no momento que o secretário José Tavares esteve aqui na Assembléia e fez revelações bombásticas, de cair o cabelo, em relação ao episódio. Nós, que participamos daquele evento, nos convencemos muito mais da absoluta necessidade que se tem de esclarecer a morte do deputado.

Para finalizar, senhor presidente, também acho que V. Exa. deputado Belinati, não tem culpa em relação à demora.

Tem o deputado Basílio Zanusso, que já conversei com ele, por conta de ser presidente da CCJ, pelo longo tempo que o projeto ficou na CCJ sem que houvesse a

designação de relator, mesmo em regime de urgência. Então, na verdade o projeto ficou na CCJ.

V. Exa. foi designado quinta-feira, numa reunião extraordinária convocada pelo deputado Caíto Quintana.

Então, na verdade, precisamos fazer com que as coisas evoluam, que o Regimento Interno, seja cumprido e que a Assembléia Legislativa do Paraná cumpra com a sua parte, com o seu dever, ajudando a esclarecer esse episódio, para que não fique mancha, marca, e que o povo do Paraná saiba os motivos, os autores que redundaram na morte do deputado Tiago.

Espero que amanhã, na CCJ esse projeto seja aprovado e que venha para Plenário, na 4ª feira e que nós aqui aproveemos a criação da CPI para investigar a morte do deputado Tiago Amorim Novaes.

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PTB, deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, ouvi há pouco, o pronunciamento do deputado Nereu Moura, e entendi nas entrelinhas, não quero estar errado, de que ele citou que o deputado Tiago Amorim pertencia à Bancada do Governo e realmente, pertencia. E além de pertencer à Bancada do Governo, pertencia ao meu Partido.

Estive esse final de semana, com a família Amorim, em Cascavel, onde estivemos no sábado, em uma reunião do PTB, que foi feito o lançamento da candidatura à deputada estadual, da irmã do Tiago Amorim, a Alice.

E conversei longamente com a candidata a deputada Alice e com os irmãos do Tiago. Coloquei que aqui na Casa há uma preocupação de ser investigada essa questão.

Mas, e sou contra a criação de uma CPI.

Por que motivo que sou contra?

Acredito, que nós parlamentares, deveríamos subcrever um documento aqui, pedindo que a Polícia Federal entrasse nesse caso.

Acredito que é até a falta de inteligência do próprio Secretário, em não pedir a participação da Polícia Federal, porque, no momento em que ele pedir que a Polícia Federal entre no caso, ele está eximindo ou tirando a responsabilidade da Polícia Civil e da Polícia Militar de Cascavel, porque o boato, a conversa e o que ouvimos nos bastidores em Cascavel, é de que existe a possibilidade da participação da Polícia Civil ou Militar, não sei qual delas.

A minha preocupação é de colocar a Polícia Federal no caso, para preservar a instituição, a Polícia Civil e a Polícia Militar do Paraná.

Acredito sim, senhor presidente, que é teimosia do secretário Tavares, e eu estarei à tarde com ele, se talvez depois deste pronunciamento ele não suspender a minha audiência, porque não tenho tido a felicidade de conversar com ele desde o último dia em que me pronunciei no

plenarinho. Quando coloquei a minha posição de que deveria entrar nesse caso, a Polícia Federal para que houvesse uma investigação imparcial.

Mas, na verdade, o secretário não quer ouvir. Alega de outro lado, que ao chamar a Polícia Federal para entrar no caso, ele está trabalhando contra a Polícia Civil do Paraná.

Não vejo desta forma!

Acredito, deputado Nereu Moura, que a criação de uma CPI neste momento, é muito complicada e digo a V. Exa. o porquê.

Nós estamos chegando às vésperas de uma eleição. Estamos chegando perto do mês de julho, que temos um mês de recesso e quando chegar o mês de setembro, e se por uma eventualidade, nós deputados não levantarmos nada, nós vamos cair no descrédito! E eu não acredito que nós, parlamentares, tenhamos competência investigatória como tem a Polícia Federal!

Por isso, deixo muito bem claro, para que não paire dúvidas sobre a posição do PTB nesta Casa, de que o PTB, desde o primeiro dia, no dia do velório do deputado em Cascavel, e quando estive em Cascavel e conversei com a família, eu vi que a reivindicação da família e do povo de Cascavel era de que a Polícia Federal investigasse o caso. Naquele mesmo momento, telefonei para o chefe da Casa Civil e pedi-lhe que interviesse junto ao secretário da Segurança para a participação da Polícia Federal. Não alcancei êxito, e esta teimosia do secretário está fazendo com que ele caia no descrédito, porque está aí agora o Ministério Público que veio a esta Casa dizer que não têm consistência as investigações, para oferecer uma denúncia.

Então, de um lado preocupa-me a questão da CPI, porque, de repente, nós estaremos assumindo uma responsabilidade e que não tenhamos condições de chegar a ter êxito nas investigações e, de repente, nós estamos chamando a responsabilidade para nós, deputados.

Primeiro, estamos próximos da eleição, próximos do recesso parlamentar. Acredito, sim, que esta Casa teria que se unir, pedir a intervenção da Polícia Federal no caso e para que a Polícia Federal investigasse com profundidade e oferecesse condições para prender os culpados deste assassinato.

Esta é a posição do PTB do Paraná, é a posição do presidente, é a posição dos meus colegas do PTB.

Por isso, queremos deixar isso claro, e transparente, para que não paire dúvida de dizer que nós, de repente, não queremos que seja investigada esta questão. Nós queremos, sim, desde o primeiro dia, mas temos esbarrado na teimosia do secretário que, infelizmente, ao invés de preservar a Polícia, pois aí ele estaria demonstrando que não tem medo da verdade, ao chamar a Polícia Federal a participar dessas investigações. Mas, não tem acontecido isso. Nós permanecemos insistindo para que esta Casa tenha uma posição uniforme na questão da participação da Polícia Federal e somos contra a instalação de uma CPI, porque acredito que nós tão tenhamos meca-

nismos e nem condições de fazer a investigação que a Polícia Federal certamente tem e, toda a competência para fazê-la.

É esta a posição do PTB, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Consulto a Liderança do PPS.

(**Declina**)

Lideranças das Oposições, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

Antes, porém, queremos registrar a presença do vice-prefeito de Jesuítas, Aparecido Vielck, o nosso Júnior. Seja bem-vindo!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, deputado Elio Rusch, senhores deputados.

Quero concordar com a argumentação feita pelo nosso líder do PMDB, deputado Nereu Moura, e discordar, pelo menos em parte, daquilo que diz o deputado Valdir Rossoni. Discordar principalmente quando ele afirma que a Assembleia Legislativa não pode, não deve assumir esse ônus de ajudar no processo de investigação e esclarecimento do assassinato do Tiago Amorim Novaes e das mulheres e outras pessoas em Almirante Tamandaré.

A Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni, chamou para si, na semana passada, a responsabilidade de definir aumento de custas judiciais. Ela chamou para si essa questão! Ela votou, o governador vetou, e a Assembleia Legislativa derrubou o veto do governador. Por que a Assembleia não pode assumir para si também a responsabilidade de investigar os crimes cometidos em Almirante Tamandaré e os crimes que levaram, porque certamente não foi um crime só cometido, uma sequência de crimes que levou à morte o deputado Tiago Amorin Novaes?

Semana passada ainda algumas jornalistas me perguntavam: “mas, a Assembleia não corre o risco de se queimar nesse processo?”

Olha, minha gente, com toda a sinceridade, eu não tenho nenhuma cisma de correr nenhum risco de me queimar em um processo como esse de investigação de um colega meu, parlamentar. Eu entendo que nós aqui nos debruçamos todos os dias para discutir os assuntos mais diferentes, com maior ou menor importância e nós colocamos a nossa cara para bater, colocamos a nossa reputação parlamentar em jogo quando tomamos uma posição. Os deputados do governo não correram todos os riscos e não enfrentam dissabores até hoje, por terem votado favoráveis à venda da Copel?! Por que nós todos não podemos colocar também em risco a nossa reputação, a nossa imagem, o nosso mandato parlamentar para investigarmos uma coisa que é séria, que é muito séria, que é o assassinato de um parlamentar que era nosso companheiro aqui de Assembleia, que era membro deste

Poder e que estava aqui no exercício de uma representação que a população ou designou a ele atribuiu?

Então, eu confesso que não compactuo dessa versão do deputado Valdir Rossoni de que a Assembléia não deva se meter nisso. A Assembléia deve, sim, se meter em tudo aquilo que é de interesse da população, em tudo aquilo que diz respeito às manifestações populares! E pelo que eu tenho lido nos jornais, tenho ouvido nas rádios, assistido na televisão, existe, sim, um clamor popular no sentido de que se esclareçam os crimes de Almirante Tamandaré e existe um grande clamor popular para que se esclareça o assassinato do parlamentar Tiago Amorim Novaes.

Por isso, a Assembléia tem, sim, obrigação de nisso se envolver, como tem obrigação e está se envolvendo na questão dos alimentos, através de uma CPI que constituímos junto com outros valorosos companheiros e que estamos buscando ajudar os produtores de leite, os hortifrutigranjeiros, os produtores de café e aqueles que produzem carne para ser utilizada como alimentos por todos nós.

Na semana passada, na quarta-feira, embora fosse um dia problemático para reunir deputados, estivemos, eu, o deputado Silvestri, o deputado Eli Ghellere, em uma reunião com produtores e industriais do leite nas dependências da FAEP, buscando entendimentos para uma pré-fixação do preço do leite. Na parte da tarde, na cidade de Francisco Beltrão, a deputada Luciana Rafagnin, os deputados Ademir Bier, Litro, Traiano, Augustinho Zucchi, lá estivemos, em nome da CPI também, reunidos com produtores de suínos do Paraná que estão vivendo um momento de extrema dificuldade, porque o preço que recebiam de R\$1,40, R\$1,50 pelo quilo do suíno vivo em dezembro, hoje isto é representado por R\$0,80, R\$0,90 centavos. E o custo de produção, deputado Anibelli, deputado Fernando, que integram a Mesa dos trabalhos de hoje com o nosso presidente Elio Rusch, o custo e produção subiu violentamente em decorrência do aumento do preço do milho que, por um lado, satisfaz os produtores de milho, mas, por outro lado, prejudica os suinocultores, avicultores, bovinocultores. O aumento do farelo de soja, para se ter uma idéia, nos últimos meses ultrapassa cem reais a tonelada, aquilo que custava ao redor de trezentos e trinta, hoje está ao redor de quatrocentos e cinquenta a tonelada. Então, isso cria barreiras e dificuldades.

Hoje, ainda pela manhã, em nosso gabinete, com a presença do deputado Ademir Bier, deputada Luciana, com a Diretoria da A.P.S. (Associação Paranaense de Suinocultores), que esteve conosco reunida, mantivemos contato por telefone com os deputados Nelson Meurer e Moacir Michelleto, para que possamos ajustar uma audiência com o ministro da Agricultura, Marcos Vinícius Pratini de Moraes, para esta semana ainda, onde vamos levar-lhe as reivindicações do setor suinícola do Estado do Paraná e nós sabemos que há necessidade, tanto do governo federal como do governo estadual, de tomar

alguma posição e os próprios suinocultores têm que tomar alguma posição, porque nós tivemos um crescimento de certa forma exagerada na oferta de suínos o que está acarretando hoje problema para aqueles que estão atuando nesse setor.

Então, deputado Valdir Rossoni, nós temos, sim, que nos envolver naquilo que interesse ao povo do Paraná. Envolver-nos na questão dos suínos, na questão do leite, na questão do café, na questão dos hortigranjeiros. O deputado Cartário vem a esta Casa e solicita, reivindica, propõe a reabertura de uma CPI dos Supermercados certamente porque ele está consciente de que tem que possegir nesse trabalho. Se ele está consciente disto, por que a Assembléia não pode também se envolver nas investigações que levaram a morte do deputado Tiago Amorim Novaes? Por que não? Por que o medo? Por que a cisma? Por que a falta de coragem para encarar de frente este problema que é um problema sério para o Paraná e para este Parlamento?

São estas senhor presidente, as nossas considerações, lembrando mais uma vez que no dia de amanhã a CPI dos Alimentos estará reunida mais uma vez em trabalho junto com o nosso relator, deputado Cezar Silvestri, com o sub-relator, deputado Eli Ghellere, e os demais parlamentares para que possamos caminhar para o fechamento do primeiro relatório da CPI no item leite, onde esperamos produzir conclusões e sugestões que atendam aos interesses dos nossos produtores de leite, dos nossos consumidores de leite e derivados e que possamos colocar nos trilhos e nos eixos aqueles que hoje prejudicam a cadeia produtiva, não só do leite, mas a cadeia produtiva de uma dezena, de uma centena de alimentos que poderiam chegar ao consumidor mais barato e que só não chegam porque existe uma voracidade, uma ganância muito grande no meio desta cadeia. Além do produtor que recebe pouco e o consumidor que paga muito, existem ali alguns atravessadores na forma de indústria e de rede varejista que acaba ficando com a grande fatia deste bolo.

Era isto, senhor presidente, muito obrigado, pela tolerância, inclusive, de ter-me concedido mais que cinco minutos além do prazo regimental.

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O assunto é muito importante para o Paraná, muito bem lembrado pelo nosso 2º secretário, Antonio Anibelli. Liderança do Governo, deputado Ademar Traiano.

**(Declina)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1514, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 658/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, que institui o Programa Cota de Participação Voluntária para Manutenção de Entidades de Assistência a Portadores de Necessidades Especiais, no Estado do Paraná. (**Publ. no DA nº 180/2001, de 28.11.2001**).

Em votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação, com a chamada nominal dos senhores deputados.

Convido o senhor 1º Secretário para que faça a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Fernando Guimarães**)

Procede à chamada nominal.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Dispenso a chamada nominal, uma vez que, verifica-se no plenário, quórum existente para o prosseguimento da Sessão e para a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o projeto.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 097/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utili-

dade Pública Estadual a Associação Monte Sião de Paranaguá, com sede e foro no mesmo município.

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 097/2002 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Monte Sião, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Em votação.

O SR. NEIVO BRALDIN

Reitero o nosso pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai se proceder à chamada nominal.

Convido o senhor 1º Secretário, para que proceda a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Fernando Guimarães**)

(**Procede a chamada nominal**).

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

O deputado Neivo pediu só verificação de votação.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu dispenso a chamada nominal, uma vez que há quórum suficiente para prosseguirmos a Sessão e fazermos o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Deputados que aprovam queiram levantar-se.

30 deputados aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

**Aprovado.**

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 138/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Rural de Goioerê, com sede e foro no município de Goioerê-PR. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI Nº 138/2002  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Goioerê, com sede e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.05.22002

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

**Aprovado.**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 146/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre-Floriano, com sede no município de Roncador e foro na comarca de Campo Mourão-PR. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI Nº 146/2002  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre-Floriano, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.05.22002

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

**Aprovado.**

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 236/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM do Colégio Estadual Dom Bosco, do município de Mariluz, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI Nº 236/2002  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Dom Bosco- Ensino Fundamental e Médio, com sede no

município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.05.22002

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

**ITEM 06**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 269/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a criação de Farmácias Populares no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI Nº 269/2000  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar as Farmácias Populares no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - Entende-se por Farmácia Popular o estabelecimento farmacêutico que comercializa diretamente ao consumidor, na forma do varejo, medicamentos genéricos, com preços tabelados e margem de comercialização preestabelecida.

Art. 3º - A Farmácia Popular deve atender as exigências legais para o funcionamento das farmácias, obrigando-se a manter profissional farmacêutico durante todo o horário de atendimento.

Art. 4º - Os estabelecimentos devem estar localizados nas áreas de grande concentração populacional e de acordo com o Sistema Único de Saúde.

Art. 5º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, elaborará e atualizará as listas de medicamentos essenciais, atendendo as necessidades sanitárias da população.

Parágrafo Único - Caberá à mesma Secretaria expedir normas disciplinares e mecanismos de fiscalização.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.05.2002

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

**Aprovado.**

**ITEM 07**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/2002, que

concede gratificação especial por assiduidade aos professores e especialistas do Magistério Público Estadual, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Clube Feminino de Maracaju dos Gaúchos - CFMG da cidade de Guaíra, com sede e foro no mesmo município. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Pedro do Piquiri, com sede e foro no município de Palotina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas Urbanos e Rurais de Figueira, com sede no município de Figueira e foro no município de Curiúva. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM- Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Ribeiro de Campos, com sede e foro no município de Goioerê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade de Alto Paraná, com sede e foro no município de Alto Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/2001, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Distrito de Abapan, com sede e foro no município de Castro. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Equipe de Promoção Humana da Comunidade Cristã Nossa Senhora das Graças de Sarandi, com sede e foro no mesmo município. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João Theotônio Netto - APM, com sede no município de Moreira Sales e foro na Comarca de Goioerê. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 054/2002, de 06/05/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 268/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João Theotônio Netto, com sede no município de Moreira Sales e foro na comarca de Goioerê.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Moradores e Agricultores da Comunidade São Roque, com sede e foro no município de Palotina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 054/2002, de 06/05/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 276/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade São Roque, com sede e foro no município de Palotina

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/2002, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita André Luiz, com sede e foro no município de Terra Roxa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 054/2002, de 06/05/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 279/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro Espírita André Luiz, com sede e foro no município de Terra Roxa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação de Drogados e Alcoólatras "Recanto Parque Iguaçu", com sede e foro no município de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2002, de 13/05/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 314/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Recuperação de Drogados e Alcoólatras "Recanto Parque Iguaçu", com sede e foro no município de Medianeira.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a ONG Bombinhas Ação Laços e Braços, com sede e foro em Curitiba-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2002, de 13/05/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 316/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Organização Não Governamental Bombinhas Ação Laços e Braços, com sede e foro em Curitiba-PR

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/2002, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Loja Maçônica Jairo Sampaio Viena, com sede no município de Jardim Alegre e foro no município de Ivaiporã-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2002, de 15/05/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 329/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Loja Maçônica Jairo Sampaio Viena, com sede no município de Jardim Alegre e foro no município de Ivaiporã.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 21.05.2002.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

## ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/2002, de autoria do deputado Luiz Fernando Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual o Clube de Mães Sol Nascente, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 061/2002, de 15/05/2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 331/2002

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube de Mães Sol Nascente, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 21.05.2002.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

## ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública o Provopar do município de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 061/2002, de 15/05/2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 336/2002

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Miltinho Pupio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Provopar do município de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 21.05.2002.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1517, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1502 a 1504, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1499, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1506, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1511, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Solicito a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e irá proceder à leitura do requerimento.

(**É feita a leitura do requerimento**)

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu só queria fazer um registro, muito embora já tenha sido aprovado.

O que é importante também destacar, senhor presidente, que nós estamos pedindo, nesta Casa, com máxima brevidade, parecer do próprio deputado Antonio Carlos Belinati, no que diz respeito à formação de CPI, para tratar não apenas do caso do deputado Tiago Amorin Novaes, mas em especial, o caso de Almirante Tamandaré.

O caso de Almirante Tamandaré não diz respeito à Polícia Federal, porque não se trata, por enquanto pelo menos, de crime político, a não ser que a morte do bancário "Tonha" tenha sido, realmente, motivação política. Mas é preciso, sim, ir a fundo nessas investigações, porque, nós que conhecemos o município, que temos raízes fortes com o município de Tamandaré, não podemos aceitar esta passividade da nossa área de Segurança Pública, quando vemos aí, hoje, a Delegada Vanessa Alice fazendo uma relação de 17 pessoas indiciadas neste processo todos das mortes de mulheres, em Tamandaré e citando que entre eles está o próprio vereador que foi presidente da CPI que tratou do assunto das mortes das mulheres, o vereador Aldair de Souza, o Dário, que presidiu a CPI.

Isso é um assunto grave, não é de hoje que nós falamos sobre isso, da violência, do envolvimento, de morte de mulheres em Almirante Tamandaré. Eu não quero aqui criar uma situação, mas eu quero dizer aos parlamentares, desde quinta-feira, na madrugada, eu estou escondendo duas mulheres, aqui em Curitiba. Mulheres que foram acusadas de delatar ações de pessoal



desta gangue toda aqui que está envolvida nas mortes das mulheres, em Tamandaré.

Duas mulheres, uma delas com uma filha de apenas três aninhos, estão em Curitiba, às minhas expensas, até que a Dra. Vanessa explique como é que ela manda para o Fórum depoimentos tomados, sigilosamente, e que agora estas pessoas que prestaram depoimento, sigilosamente, não podem mais permanecer na cidade, sob ameaça de morte, de eliminação, a qualquer momento.

Estou ainda hoje aguardando; dei um prazo para a delegada até hoje, segunda-feira, em função dos feriados, para que ela explique, para que a Polícia para que a área de segurança explique como é que se toma depoimento sigiloso das pessoas, anexa isso ao processo para pedido de prisões preventivas, e não dá a mínima garantia de vida a estas pessoas? Essas duas mulheres, na quinta-feira à noite, madrugada de sexta-feira, desesperadamente, sob ameaça destes elementos envolvidos, aqui pediram desesperadamente, para que o parlamentar, para que o amigo, deputado Algaci Tulio, que é da região, tomasse alguma providência.

O que é que eu pude fazer? Com ajuda da P2 da Polícia Militar, consegui retirar estas duas mulheres e uma criança da cidade. Escondidas estão numa região, aqui de Curitiba, para que possam ficar longe da mira dos revólveres desses bandidos que formaram uma quadrilha, eliminaram pessoas de Almirante Tamandaré, às vistas da Segurança Pública, de delegados de Polícia, de funcionários de prefeituras, de gente aqui citada, até um vereador da cidade citado como envolvido nas mortes e curiosamente a área da Segurança Pública do Paraná parece que desconhecia esses problemas todos, senhor presidente!

Então, este requerimento do deputado Antonio Carlos Belinati me parece que é importante, num primeiro instante mas muito mais importante é não fazer emenda supressiva, no pedido da CPI que esta Casa está esperando já há muito tempo. À primeira vista pode parecer que investigar casos de morte de mulheres de Almirante Tamandaré não fosse uma ação da Assembléia, mas é, sim, porque foram mortes praticadas por agentes, funcionários públicos do Estado do Paraná, a quem a Secretaria da Segurança Pública deve responsabilizar!

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, para corroborar com a fala do deputado Algaci Tulio, é extremamente preocupante quando um cidadão, uma cidadã vai a uma autoridade policial presta um depoimento em sigilo e esse depoimento torna-se público. Nem os depoimentos em sigilo prestados nesta Casa, pelos senhores deputados que têm uma série de interesses, tornaram-se público! Aqui na CPI do Narcotráfico, aqui foi recentemente, o Comando da Polícia esteve aqui, discorreu com tranqüilidade e não vazou nenhuma informação!

Então, é um momento de debruçarmos um pouco mais sobre a questão e fazermos uma análise mais profunda e tem toda razão o deputado Algaci Tulio quando

pede a imediata instalação da CPI e aqui nós solicitamos ao deputado Antonio Carlos Belinati, que urgencie o relatório e também o faça, como já fizemos na CCJ na última quarta-feira, urgencie o relatório para que possamos não ficar com os braços cruzados e ver as mortes acontecerem, especialmente na Região Metropolitana de Curitiba.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Gostaria de comunicar, visto que não fiz requerimento ainda, voto de pesar e externar aqui o pesar pelo falecimento do Sr. João Perin que é pioneiro de Paranaíba, e é pai da Ivana Furiati, sogro do ex-deputado Paulo Furiati, da Marinês Borges da Silveira, também, e o guardamento acontecerá no Parque Iguaçu, hoje a partir das 20h00.

Registro com pesar o passamento do Sr. João Perin, e ao mesmo tempo comunicamos aos parlamentares o local do guardamento, para que se preste essa homenagem ao pai, sogro, de figuras da política, e principalmente, um pioneiro da região de Paranaíba.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. encaminhe o requerimento à Mesa que nós consideramos aprovado.

Requerimento nº 1519, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1512 e 1513, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1515, de autoria dos deputados Orlando Pessuti, Luciana rafagnin, Ademir Bier e Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

#### O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Senhor presidente, conversamos com o deputado Orlando Pessuti e faço um apelo ao eminente deputado, tenho certeza que seu espírito democrático vai imperar, para que retire o requerimento, e a liderança do Governo se compromete em trazer o secretário da Administração na Casa para prestar os devidos esclarecimentos que o deputado Orlando Pessuti e outros demais deputados pretendem.

Muito obrigado!

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Nós aceitamos essa solicitação do deputado Ademar Traiano no exercício da liderança do Governo e também essa foi a solicitação que nos fez o líder Durval Amaral.

A partir do momento que o deputado Traiano e o deputado Durval Amaral atenderam ao pedido das Oposições de não ser aprovado, hoje, o regime de urgência para tramitação desse projeto, também estamos de acordo e retiramos o requerimento, até porque o deputado Durval

Amaral se dispõe a providenciar a vinda do secretário da Administração para próxima semana.

Amanhã, certamente, o projeto terá um relator designado pelo presidente Basílio Zanusso, e é necessário que o secretário venha aqui juntamente com os presidentes de entidades sindicais representativas dos servidores públicos do Estado do Paraná, para que possamos, numa reunião com o secretário, e posteriormente numa reunião com os servidores, e depois, se for o caso, numa reunião conjunta, chegarmos num entendimento definitivo acerca desse plano de cargos do Poder Executivo, pois, afinal de contas, é um assunto que interessa a todos nós, ao Governo, aos servidores e ao conjunto de parlamentares desta Casa.

É evidente que há necessidade de que nos aprofundemos um pouco mais da discussão desse projeto para que possamos a ele oferecer sugestões, se for o caso, ou corrigirmos, também, distorções.

Sempre lembrando o apelo que praticamente todas as semanas é feito a esta Casa pelo deputado Antonio Anibelli e por outros parlamentares, no sentido de que a nossa Comissão Executiva, através do presidente Hermas Brandão; do 1º secretário, Valdir Rossoni; do 2º secretário, Antonio Anibelli; possam oferecer a este Plenário a oportunidade de discutir o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Assembléia Legislativa do Paraná, que é um desejo, um sonho acalentado por muitos anos, por esse segmento de servidores públicos do nosso Estado.

Nós retiramos o requerimento de discussão neste dia.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

**Está retirado.**

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Na mesma linha do deputado Orlando Pessuti, queria pedir a V. Exa., em nome da Mesa Executiva, que paralelamente a esse projeto fosse oferecido o projeto desta Casa.

Nós arrumamos a vida do Judiciário, nós iremos arrumar a vida do Executivo e não arrumamos a nossa Casa, presidente! Acredito que podemos arrumar a nossa Casa com esta Mesa Executiva que tem boa vontade, na pessoa dos deputados Rossoni, 1º secretário; Hermas Brandão; de V. Exa.; do 2º secretário, Anibelli e de todos os componentes desta Mesa, como também desta Casa, que desejam deixar a marca de sua passagem neste período com aquilo que desejamos, que é o bem-estar de todos os funcionários qualificados, reciclados e amparados por um salário justo que eles são merecedores.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 1507, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1508, de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1509 e 1510, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1516, de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 092, 268, 276, 279, 314, 316, 329, 331 e 336/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 009/2001, 215, 247, 250, 252 e 277/2002.

Levanta-se a Sessão.